

## **Regulariza Pará e a efetividade do Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT): Desafios e oportunidades para a governança ambiental na Amazônia**

**Regulariza Pará and the effectiveness of the Rural Environmental Registry for Traditional Peoples and Communities (CAR/PCT): Challenges and opportunities for environmental governance in the Amazon**

**Regulariza Pará y la efectividad del Registro Ambiental Rural de Pueblos y Comunidades Tradicionales (CAR/PCT): Desafíos y oportunidades para la gobernanza ambiental en la Amazonía**

Recebido: 30/03/2026 | Aceito: 26/04/2026 | Publicado: 27/04/2026

**Layse Pereira Favacho da Rocha**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6328-4456>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [laysecarto@gmail.com](mailto:laysecarto@gmail.com)

**Rodolpho Zahluth Bastos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2800-1315>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [rodolpho.bastos@gmail.com](mailto:rodolpho.bastos@gmail.com)

### **Resumo**

A intensificação das pressões sobre os recursos naturais na Amazônia brasileira evidencia a necessidade de instrumentos eficazes de monitoramento e controle ambiental, capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos ecossistemas. Nesse contexto, o Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), instituído pela Lei nº 12.651/2012, destaca-se como um dos principais mecanismos de gestão ambiental voltados à regularização de imóveis rurais no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar a efetividade do CAR/PCT no Estado do Pará, com ênfase nas ações do Programa Regulariza Pará, considerando seu papel na promoção da governança ambiental na Amazônia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em análise documental e normativa. Os resultados indicam que o CAR/PCT representa um avanço significativo no monitoramento ambiental e na organização das informações territoriais, porém sua efetividade depende da capacidade institucional de validação dos cadastros, da integração de sistemas e da continuidade das políticas públicas. Destaca-se a experiência do território quilombola de Cachoeira Porteira, no município de Oriximiná, como um caso pioneiro de aplicação do CAR em territórios coletivos, evidenciando a importância de metodologias participativas, como a cartografia social e a capacitação comunitária. Conclui-se que o CAR/PCT possui elevado potencial como instrumento de governança ambiental, especialmente quando associado a políticas públicas estruturadas e abordagens participativas, sendo fundamental para a promoção de uma gestão ambiental mais inclusiva e eficaz na região amazônica.

**Palavras-chave:** Cadastro Ambiental Rural; Código Florestal; Governança Ambiental; Amazônia; Regularização Ambiental.

### **Abstract**

The intensification of pressures on natural resources in the Brazilian Amazon highlights the need for effective environmental monitoring and control instruments capable of reconciling economic development with ecosystem conservation. In this context, the Rural Environmental Registry of Traditional Peoples and Communities (CAR/PCT), established by Law No. 12,651/2012, stands out as one of the main environmental management mechanisms aimed at regularizing rural properties in Brazil. This study aims to analyze the effectiveness of the CAR/PCT in the State of Pará, with emphasis on the actions of the Regulariza Pará Program, considering its role in promoting environmental governance in the Amazon. The research is characterized as qualitative, exploratory and descriptive in nature, based on documentary and normative analysis. The results indicate that the CAR/PCT represents a significant advance in environmental monitoring and the organization of territorial information, but its effectiveness depends on the institutional capacity for validating registries, the integration of systems, and the continuity of public policies. The

experience of the quilombola territory of Cachoeira Porteira, in the municipality of Oriximiná, stands out as a pioneering case of the application of the CAR (Rural Environmental Registry) in collective territories, highlighting the importance of participatory methodologies, such as social cartography and community capacity building. It is concluded that the CAR/PCT (Rural Environmental Registry/Collective Territorial Plan) has high potential as an instrument of environmental governance, especially when associated with structured public policies and participatory approaches, being fundamental for the promotion of more inclusive and effective environmental management in the Amazon region.

**Keywords:** Rural Environmental Registry; Forest Code; Environmental Governance; Amazon; Environmental Regularization.

### Resumen

La intensificación de las presiones sobre los recursos naturales en la Amazonía brasileña subraya la necesidad de contar con instrumentos eficaces de monitoreo y control ambiental que permitan conciliar el desarrollo económico con la conservación de los ecosistemas. En este contexto, el Registro Ambiental Rural de Pueblos y Comunidades Tradicionales (CAR/PCT), establecido por la Ley N° 12.651/2012, se destaca como uno de los principales mecanismos de gestión ambiental destinados a regularizar las propiedades rurales en Brasil. Este estudio analiza la efectividad del CAR/PCT en el estado de Pará, con énfasis en las acciones del Programa Regulariza Pará, considerando su papel en la promoción de la gobernanza ambiental en la Amazonía. La investigación se caracteriza por su carácter cualitativo, exploratorio y descriptivo, basado en análisis documental y normativo. Los resultados indican que el CAR/PCT representa un avance significativo en el monitoreo ambiental y la organización de la información territorial, pero su efectividad depende de la capacidad institucional para validar los registros, la integración de sistemas y la continuidad de las políticas públicas. La experiencia del territorio quilombola de Cachoeira Porteira, en el municipio de Oriximiná, se destaca como un caso pionero en la aplicación del CAR (Registro Ambiental Rural) en territorios colectivos, resaltando la importancia de metodologías participativas, como la cartografía social y el fortalecimiento de capacidades comunitarias. Se concluye que el CAR/PCT (Registro Ambiental Rural/Plan Territorial Colectivo) tiene un alto potencial como instrumento de gobernanza ambiental, especialmente cuando se asocia con políticas públicas estructuradas y enfoques participativos, siendo fundamental para la promoción de una gestión ambiental más inclusiva y efectiva en la región amazónica.

**Palabras clave:** Registro Ambiental Rural; Código Forestal; Gobernanza Ambiental; Amazonía; Regularización Ambiental.

## 1. Introdução

A intensificação das pressões sobre os recursos naturais na Amazônia brasileira tem evidenciado a necessidade de instrumentos eficazes de monitoramento e controle ambiental, capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos ecossistemas (Santos, 2006; Little, 2002). Nesse contexto, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651/2012, destaca-se como um dos principais mecanismos de gestão ambiental voltados à regularização de imóveis rurais no Brasil (Brasil, 2012).

No entanto, a aplicação do CAR em territórios de povos e comunidades tradicionais apresenta especificidades que demandam abordagens diferenciadas. Para esses casos, destaca-se o Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), que considera as características coletivas de uso e ocupação do território, rompendo com a lógica individualizada do cadastro convencional (Brasil, 2021).

O CAR/PCT consiste em um registro eletrônico adaptado às realidades territoriais coletivas, incorporando elementos como uso comum da terra, práticas tradicionais e organização comunitária. Seu objetivo é integrar informações ambientais desses territórios, garantindo não apenas o monitoramento e controle ambiental, mas também o reconhecimento das dinâmicas socioterritoriais desses grupos.

Estudos recentes têm reforçado a importância de instrumentos de regularização ambiental na promoção da governança territorial na Amazônia, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas, conflitos fundiários e uso sustentável dos recursos naturais (Silva et al., 2024; Oliveira & Santos, 2025).

Apesar de sua relevância, a implementação do CAR/PCT ainda enfrenta desafios significativos, especialmente na região amazônica, onde fatores como a complexidade fundiária, a extensão territorial, as limitações institucionais e a necessidade de metodologias participativas impactam diretamente sua efetividade.

No Estado do Pará, iniciativas como o Programa Regulariza Pará têm desempenhado papel estratégico na implementação do CAR/PCT, promovendo a regularização ambiental em territórios coletivos e fortalecendo a governança ambiental. No entanto, persistem questionamentos quanto à efetividade desses instrumentos na promoção de resultados concretos em termos de conformidade ambiental, inclusão social e reconhecimento territorial.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a efetividade do Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) no Estado do Pará, com ênfase nas ações do Programa Regulariza Pará, discutindo seus avanços, limitações e contribuições para a governança ambiental na Amazônia.

#### *Objetivo Geral*

Este estudo tem como objetivo analisar a efetividade do CAR/PCT no Estado do Pará, com ênfase nas ações do Programa Regulariza Pará, considerando seu papel na promoção da governança ambiental na Amazônia.

#### *Objetivos Específicos*

Como objetivos específicos, busca-se avaliar o papel do CAR/PCT como instrumento de gestão ambiental, identificar os principais desafios na sua implementação, analisar a contribuição do Programa Regulariza Pará e discutir suas implicações para a governança ambiental na Amazônia.

## **2. Metodologia**

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em análise documental e normativa (Pereira et al., 2018; Risemberg et al., 2026). Foram utilizadas como fontes principais a legislação ambiental brasileira, especialmente a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), bem como documentos institucionais e diretrizes relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) e ao Programa Regulariza Pará.

A abordagem adotada busca compreender a efetividade dos instrumentos analisados a partir da interpretação de dados secundários, relatórios técnicos, normativas e literatura científica pertinente. O estudo também considera aspectos institucionais e operacionais que influenciam a implementação do CAR/PCT no contexto amazônico.

A análise foi conduzida sob a perspectiva da governança ambiental, considerando a integração entre políticas públicas, instrumentos de controle e a atuação dos órgãos ambientais no processo de regularização.

## **3. Resultados e Discussão**

A análise da implementação do Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) no Estado do Pará evidencia avanços significativos no que se refere à incorporação de territórios coletivos ao sistema de regularização ambiental, especialmente no contexto de povos e comunidades tradicionais. No entanto, tais avanços estão condicionados à adoção de metodologias adaptadas às especificidades socioterritoriais desses grupos.

Nesse contexto, destaca-se a experiência desenvolvida no território quilombola de Cachoeira Porteira, localizado no município de Oriximiná, oeste do Pará, reconhecido como o maior território quilombola titulado do Brasil. A implementação

do CAR/PCT nesse território ocorreu a partir de uma abordagem territorial participativa, com forte atuação institucional e apoio do Programa Regulariza Pará.

A metodologia adotada envolveu a realização de visitas in loco, reuniões informativas com a comunidade, escuta ativa de lideranças locais e a construção coletiva do conhecimento sobre o território. Esse processo incluiu momentos de convivência com os moradores, respeito às práticas culturais e compreensão das dinâmicas territoriais, evidenciando a necessidade de uma abordagem sensível às especificidades dos povos tradicionais. Conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1** - Reunião informativa com a comunidade quilombola em Cachoeira Porteira (Oriximiná/PA).



Fonte: Acervo dos Autores (2021).

Como parte das estratégias metodológicas, foi utilizada a cartografia social, permitindo que os próprios quilombolas representassem seus territórios, indicando áreas de uso comum, atividades produtivas e elementos naturais relevantes, como rios, áreas de coleta e locais de moradia. Essa ferramenta contribuiu significativamente para a construção de um cadastro mais fiel à realidade local.

Outro aspecto relevante foi a capacitação dos membros da comunidade, possibilitando que os próprios representantes realizassem o cadastro no sistema, o que diferencia o módulo de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) dos demais modelos de CAR. Nesse caso, o Estado atua como facilitador e orientador, enquanto a comunidade assume protagonismo no processo de registro. Ilustrado na Figura 2.

**Figura 2** - Capacitação para elaboração do CAR/PCT com representantes da comunidade.



Fonte: Acervo dos Autores (2021).

Essa experiência evidencia que a efetividade do CAR/PCT em territórios coletivos depende diretamente da adoção de metodologias participativas, da capacitação local e da atuação integrada entre poder público e comunidades. Além disso, demonstra o papel estratégico do Programa Regulariza Pará na promoção da regularização ambiental em contextos complexos, contribuindo para o fortalecimento da governança ambiental na Amazônia.

Por outro lado, o processo também revela desafios, como a necessidade de adequação institucional, maior integração de bases de dados e continuidade das ações no pós-cadastro, aspectos essenciais para garantir a consolidação dos resultados e a efetiva regularização ambiental desses territórios.

#### **4. Conclusão**

O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade do Cadastro Ambiental Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) no Estado do Pará, com ênfase nas ações do Programa Regulariza Pará, considerando seu papel na promoção da governança ambiental na Amazônia.

Os resultados indicam que o CAR/PCT constitui um instrumento relevante para o monitoramento e controle ambiental, possibilitando maior transparência e organização das informações territoriais. No entanto, sua efetividade está diretamente relacionada à capacidade institucional de validação dos cadastros, integração de bases de dados e continuidade das políticas públicas associadas.

A experiência do território quilombola de Cachoeira Porteira demonstrou que a aplicação do CAR/PCT em territórios coletivos requer metodologias diferenciadas, baseadas na participação social, na valorização do conhecimento tradicional e na construção coletiva das informações territoriais. Nesse contexto, o uso de ferramentas como a cartografia social e a capacitação comunitária mostrou-se fundamental para garantir a aderência do cadastro à realidade local. Conforme demonstrado na Figura 3.

**Figura 3** - Construção participativa do território por meio de cartografia social.



Fonte: Acervo dos Autores (2021).

Destaca-se, ainda, o papel estratégico do Programa Regulariza Pará como indutor da regularização ambiental em contextos complexos, promovendo avanços na inclusão de povos e comunidades tradicionais nos instrumentos de gestão ambiental.

Por outro lado, permanecem desafios relacionados à consolidação dos dados, à integração interinstitucional e à efetiva implementação das medidas de regularização após o cadastro, o que evidencia a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas ambientais.

Conclui-se que o CAR/PCT possui elevado potencial como ferramenta de governança ambiental, especialmente quando associado a iniciativas institucionais estruturadas e metodologias participativas, sendo fundamental para a promoção de uma gestão ambiental mais inclusiva e eficaz na região amazônica.

### **Agradecimentos**

À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), em especial à SAGRA, pela confiança depositada na condução deste trabalho de caráter pioneiro.

### **Referências**

- Brasil. (2012). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012: Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). Diário Oficial da União.
- Brasil. (2012). Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012: Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Diário Oficial da União.
- Brasil. (2020). Cadastro Ambiental Rural – CAR. Ministério do Meio Ambiente.
- Serviço Florestal Brasileiro (SFB). (2021). Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2023). Territórios quilombolas no Brasil. Brasília: INCRA.

Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Universidade de Brasília.

Governo do Estado do Pará. (2024). Programa Regulariza Pará: estratégia de ordenamento territorial e ambiental. Belém: SEMAS.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). (2021). Diretrizes para implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado do Pará. Belém: SEMAS.

Pereira, A. S., et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. Editora UFSM.

Risemberg, R. I. C., Wakin, M., & Shitsuka, R. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. E-Acadêmica, 7(1), e0171675. <https://doi.org/10.52076/eacad-v7i1.675>

Rocha, L. P. F. (2024). Metodologia para elaboração do CAR em povos e comunidades tradicionais no Estado do Pará (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA).

Santos, M. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp.